

**16. CONTRATO DE EMPREITADA Nº. CPE.9.20.DMOSM –  
REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S.  
PEDRO – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO:**

Submete-se para ratificação, a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara de 2 de novembro de 2021, a proposta da minuta de adenda ao contrato da empreitada de “Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Este S. Pedro.

Tem informação circunstanciada da DMOSM.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.<sup>a</sup>  
Diretora.

O Diretor do DOM,

29/10/2021

Remeta-se ao Sr.  
Presidente.

A Diretora da DMOSM,

2021/10/29

Despacho:

*Aprovado, sob retificação,  
do Contrato Municipal.*

O Presidente,

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

21/11/22

Órgão competente: Câmara Municipal

CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.9.20.DMOSM

“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO”

ASSUNTO: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO

I – Atendendo à recomendação do Tribunal de Contas, e em cumprimento do disposto na 2.<sup>a</sup> parte da alínea h) do n.º 1 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*, torna-se necessário proceder à retificação do considerando b) do contrato de empreitada, no sentido de fazer constar o instrumento, legalmente previsto, que autorizou a assunção de compromissos plurianuais.

II – Assim, submete-se a minuta da Adenda ao referido contrato, para aprovação da Câmara Municipal.

29 de outubro de 2021

DMOSM-DOM-GAC

A Coord. Técnica,

Anexo: Minuta da Adenda e Contrato de Empreitada

**MINUTA / ADENDA AO CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.9.20.DMOSM****“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA.**, com sede na rua da Veiga, n.º 9, freguesia de Adaúfe, 4710-572 Braga, pessoa coletiva n.º 500505292, matriculada na Conservatória do Registo Comercial, sob o mesmo número, com o capital social de € 4.000.000,00 (quatro milhões de euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme certidão permanente com o código de acesso....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

\_\_\_\_\_Atendendo à recomendação do Tribunal de Contas, e em cumprimento do disposto na 2.ª parte da alínea h) do n.º 1 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*, é celebrada a presente Adenda ao **CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE. 9.20.DMOSM**, outorgado em 26 de abril de 2021, que tem por objeto a execução dos trabalhos referentes à empreitada de **“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO”**, cuja minuta foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal, de....., pelo que se retifica o considerando b) do referido contrato, que passa a ter a redação seguinte:

«A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07010305, de acordo com o cabimento n.º 51830, de 26/05/2020, e com o compromisso n.º 70316, de 11/03/2021, atualizado em 09/04/2021 e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta do referido compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 22 de dezembro 2020, que aprovou as grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021».

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

\_\_\_\_Depois de lida e achada conforme, vão os outorgantes assinar digitalmente a presente adenda ao contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.\_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(.....)

**CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.9.20.DMOSM****“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA.**, com sede na rua da Veiga, n.º 9, freguesia de Adaúfe, 4710-572 Braga, pessoa coletiva n.º 500505292, matriculada na Conservatória do Registo Comercial, sob o mesmo número, com o capital social de €4.000.000,00 (quatro milhões de euros), aqui representada por Domingos Vieira Costeira, na qualidade de representante legal, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente com o código de acesso n.º 7733-5521-4125, doravante identificado por «**Empreiteiro**».

**Considerando que:**

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 12 de junho de 2020, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.9.20.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07010305, de acordo com o cabimento n.º 51830, de 26/05/2020, e com o compromisso n.º 70316, de 11/03/2021, atualizado em 09/04/2021 e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta do referido compromisso;
- c) No seguimento da *Análise e Avaliação da Proposta*, por decisão do Presidente da Câmara, de 13 de abril de 2021, ratificada por deliberação da Câmara Municipal, de 19 de abril de 2021, o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do *Código dos Contratos Públicos*; \_\_\_\_\_

- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato; \_\_\_\_\_
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.** \_\_\_\_\_

**Artigo 1.º****(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. \_\_\_\_\_

**Artigo 2.º****(Local da obra)**

\_\_\_\_\_ Os trabalhos de empreitada serão executados na **União de Freguesias de Este S. Pedro e Este S. Mamede**, em Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). \_\_\_\_\_

**Artigo 3.º****(Preço contratual)**

\_\_\_\_\_ O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€1.268.365,80 (um milhão duzentos e sessenta e oito mil, trezentos e sessenta e cinco euros e oitenta cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. \_\_\_\_\_

**Artigo 4.º**

**(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas.\_\_\_\_\_

**Artigo 5.º**

**(Revisão de preços)**

\_\_\_\_1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de Fórmula: **F07 – reabilitação profunda de edifícios**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

**Artigo 6.º**

**(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos de empreitada é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de calendário**, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

**Artigo 7.º**

**(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

**Artigo 8.º****(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_\_.1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este. \_\_\_\_\_

**Artigo 9.º****(Subcontratação)**

\_\_\_\_\_.1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

**Artigo 10.º****(Caução)**

\_\_\_\_\_. 1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €126.836,58 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e trinta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos) correspondente a 10% do preço contratual, mediante garantia bancária n.º 962300488034571, emitida pelo Banco Santander Totta, S. A, arquivada no respetivo processo. \_\_\_\_\_

**Artigo 11.º**

**(Liberação da caução)**

\_\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

**Artigo 12.º**

**(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O dono da obra designa **Paula Cristina Monteiro Alvares Pereira**, como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.\_\_\_\_\_

**Artigo 13.º**

**(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@costeira.pt**.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.\_\_\_\_\_

**Artigo 14.º****(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_

**Artigo 15.º**  
**(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 16.º**  
**(Foro competente)**

\_\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.\_\_\_\_\_

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

**Artigo 17.º**  
**(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_\_ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. \_\_\_\_\_

**Artigo 18.º**  
**(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_\_ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. \_\_\_\_\_

**Artigo 19.º**  
**(Vigência)**

\_\_\_\_\_ O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.** \_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(Domingos Vieira Costeira)

**ADENDA AO CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.9.20.DMOSM****“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA.**, com sede na Rua da Veiga, n.º 9, Barreiro, freguesia de Adaúfe, concelho de Braga, 4710-572 Adaúfe, pessoa coletiva n.º 500505292, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, sob o mesmo número, com o capital social de € 4.000.000,00 (quatro milhões de euros), aqui representada por **Domingos Vieira Costeira**, na qualidade de administrador, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente com o código de acesso n.º 7733-5521-4125, doravante identificado por «**Empreiteiro**».

É celebrada a presente **Adenda** ao **CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE. 9.20.DMOSM**, tendo por objeto a empreitada de “**REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO**”, celebrado em 26 de abril de 2021, cuja minuta foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal em 31 de maio de 2021, através da qual se procede à alteração do artigo 19.º do contrato, que passa a ter a seguinte redação:

**Artigo 19.º****(Vigência)**

O presente contrato só produzirá todos os seus efeitos a partir da data da notificação da declaração de conformidade ou do visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

Depois de lida e achada conforme, vão os outorgantes assinar digitalmente a presente adenda ao contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.

**Pelo Dono da Obra,**

---

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

---

(Domingos Vieira Costeira)

**ADENDA AO CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.9.20.DMOSM****“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA.**, com sede na rua da Veiga, n.º 9, Barreiro, freguesia de Adaúfe, concelho de Braga, 4710-572 Adaúfe, pessoa coletiva n.º 500505292, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € 4.000.000,00 (quatro milhões de euros), aqui representada por **Domingos Vieira Costeira**, na qualidade de administrador, com poderes para obrigar, conforme certidão permanente com o código de acesso n.º 7733-5521-4125, doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Atendendo à recomendação do Tribunal de Contas, e em cumprimento do disposto na 2.ª parte da alínea h) do n.º 1 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*, é celebrada a presente Adenda ao **CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE. 9.20.DMOSM**, outorgado em 26 de abril de 2021, que tem por objeto a execução dos trabalhos referentes à empreitada de **“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE ESTE S. PEDRO”**, cuja minuta foi aprovada por decisão do Presidente da Câmara, de 2 de novembro de 2021, sob ratificação do Executivo Municipal, pelo que se retifica o considerando b) do referido contrato, que passa a ter a redação seguinte:

«A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07010305, de acordo com o cabimento n.º 51830, de 26/05/2020, e com o compromisso n.º 70316, de 11/03/2021, atualizado em 09/04/2021 e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta do referido compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 22 de dezembro 2020, que aprovou as grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021».

**DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**

\_\_\_\_Depois de lida e achada conforme, vão os outorgantes assinar digitalmente a presente adenda ao contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. \_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(Domingos Vieira Costeira)